




**REFLETINDO SOBRE OS PAPÉIS DOS PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA PÚBLICA*****REFLECTING ON THE ROLES OF TEACHERS IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL IN PUBLIC SCHOOLS***

Tarsio Paula dos Santos<sup>1</sup> - SME   
Sandra Elaine Aires de Abreu<sup>2</sup> - UEG   
Alda Franciele Gomes Alves<sup>3</sup> - UEG 

**RESUMO**

A docência nos anos iniciais, a saber, do 1º ao 5º ano, do Ensino Fundamental é uma das etapas da educação básica em que o profissional assume múltiplos papéis e enfrenta variados desafios. Nessa ambiência, surgiu a seguinte problemática: Quais são os papéis dos professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na escola pública? Partindo disso, o presente estudo tem por escopo refletir sobre os papéis dos professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na escola pública. Para tanto, considerou-se abordagem qualitativa, adotou-se a metodologia de cunho bibliográfica, sendo os principais autores Imbernón (2009), Lima (2012), Silveira (1995) e Tardif (2002). Como resultados, obteve-se que os professores, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assumem o papel de agentes de transformação social, da educação e da escola, de mediadores do conhecimento, além de peça importante para a efetivação da inclusão dentro de sala de aula e da defesa dos direitos das diversidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Professor polivalente; Docência no ensino fundamental; Educação básica; Escola Pública.

**ABSTRACT**

Teaching in the early years, namely grades 1 to 5 of elementary school, is one of the stages of basic education in which professionals take on multiple roles and face various challenges. In this context, the following question arose: What are the roles of teachers in the early years of elementary school in public schools? Based on this, the present study aims to reflect on the roles of teachers in the early years of elementary school in public schools. To this end, a qualitative approach was considered, and a bibliographic methodology was adopted, with the main authors being Imbernón (2009), Lima (2012), Silveira (1995), and Tardif (2002). The results showed that teachers in the early years of elementary school assume the role of agents of social transformation, education and school, mediators of knowledge, as well as an important part of the implementation of inclusion within the classroom and the defense of diversity rights.

**KEYWORDS:** Multidisciplinary teacher; Teaching in elementary school; Basic education; Public school.

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Graduado em Pedagogia pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) e Professor efetivo de educação básica na Secretaria Municipal de Educação (SME) de Caucaia. E-MAIL: [tarsio\\_13@hotmail.com](mailto:tarsio_13@hotmail.com).

<sup>2</sup> Estágio Pós-Doutoral em Educação, pela Universidade Federal de Uberlândia (2014). Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora efetiva na Universidade Estadual de Goiás. E-MAIL: [sandraeaa@vahoo.com.br](mailto:sandraeaa@vahoo.com.br).

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação, Linguagens e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás. Mestra em Educação, Linguagens e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás. Licenciada em Pedagogia Pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA). E-MAIL: [pedagogaaldafranciele@gmail.com](mailto:pedagogaaldafranciele@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

No Brasil, uma nação sob o auspício de um regime democrático, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a educação é direito de todos, sendo um dever do Estado e da família (Brasil, 1988; 1996).

Quanto à organização em níveis, o ensino no Brasil divide-se em educação básica e ensino superior. O primeiro ainda se subdivide em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Superior, sendo obrigatória para sujeitos de 4 (quatro) até 17 (dezesete) anos de idade (Brasil, 1996).

No que tange a maior etapa da educação básica, o Ensino Fundamental, cuja duração é de nove anos, está ainda dividido em duas outras etapas: os Anos Iniciais, que compreende do 1º ao 5º ano, e os Anos Finais, do 6º ao 9º ano (Brasil, 1996).

Segundo a Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, o Ensino Fundamental pode ser ofertado em instituições educativas públicas e privadas. As escolas públicas, mediante Saviani (2002), são aquelas abertas a todos e mantidas a partir de recursos dos cofres públicos que contemplam todos os graus e níveis de ensino. Já as particulares são mantidas e administradas pela iniciativa privada, sujeitas às fiscalizações da União, dos Estados e das Prefeituras (Brasil, 1996).

A gênese da escola pública remontam ao século XV e XVI na Europa quando se constituiu uma educação pública ligada à atuação dos padres da Igreja Católica. Com a eclosão da Reforma Protestante nesse mesmo período, tem-se a defesa de uma educação popular custeada e mantida pelo Estado. Posteriormente, tal perspectiva envolve nos ideais da Revolução Francesa no século XVIII vão apontar a educação popular como leiga, obrigatória, gratuita e universal (Luziriaga, 1959; Saviani, 2002).

Ademais, no século XIX, com a formação dos estados nacionais, tem-se a incumbência dos governos em tratar dos problemas educacionais e organizar a educação pública nacional. Já no século XX, com a constituição das nações democrática, a educação pública passou a ser vista e defendida como aspecto e direito democrático dos cidadãos (Luziriaga, 1959; Saviani, 2002).

No Brasil, desde as aulas ministradas pelos jesuítas, passando pelas aulas régias até as primeiras décadas da República não houve um projeto acerca da educação pública popular. Tal preocupação esboça-se na década de 1930 com o manifesto dos pioneiros da educação que defendiam a democratização da educação através da universalização da educação pública (Saviani, 2002). Entretanto, somente no período de abertura democrática no Brasil, a partir dos anos 1980, que se tem o sistema de educação pública popular que se apresenta implementado no Brasil.

Nas escolas públicas, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o pedagogo é o profissional docente responsável pelo ensino dos mais variados saberes e áreas do conhecimento, isto é, constitui-se como professor polivalente (Lima, 2012).

Assim como complexa é o ato de educar, também o é a ação do professor polivalente. Esse profissional deve mobilizar saberes, habilidades e estratégias dos mais variados e diversos campos do conhecimento para atender sua clientela em suas necessidades cognitivas, intelectuais e socioemocionais.

Diante do exposto, torna-se evidente a árdua e complexa tarefa de lecionar na etapa inicial do Ensino Fundamental, pois todos os conhecimentos a serem mediados aos educandos concentram-se na figura do pedagogo, que, para além de apenas professor, assumi variados papéis, dentro do processo de ensino e aprendizagem no contexto da educação pública brasileira.

Nessa ambiência, questiona-se: Quais são os papéis dos professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na escola pública? Partindo disso, o presente estudo tem por escopo refletir sobre os papéis dos professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na escola pública.

## METODOLOGIA

A presente investigação insere-se no campo de estudos voltados a Educação com foco na figura docente e as múltiplas funções atribuídas a este profissional nas escolas públicas brasileiras.

Tal ato de pesquisa, como destaca Lüdke e André (2018) e Mattos (2020), estruturou-se principalmente na inquietação dos autores em problematizar a realidade dos professores polivalentes no âmbito da escola pública e seus entraves com fins de elaborar novos conhecimentos para a realidade e solucionar problemas relacionados ao objeto de estudo.

Nesse sentido, Lüdke e André (2018) destacam que, para desenvolver uma investigação no campo educacional, faz-se necessário a busca por dados e evidências que irão determinar os conhecimentos e informações construídos pela atividade investigativa, conforme disposto abaixo:

Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico construído a respeito dele. Em geral isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita sua atividade de pesquisa a determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento (Lüdke; André, 2018, p. 1-2).

Diante disso, seguindo procedimentos e métodos científicos e racionais, buscou-se nessa investigação construir novos conhecimento sobre a profissão docente. Para tanto, mediante a abordagem qualitativa, adotou-se a pesquisa bibliográfica.

Entende-se por estudo qualitativo que existe uma relação indissociável entre mundo objetivo e mundo subjetivo sendo exprimido através de aspectos que não podem ser quantitativos. Tal perspectiva debruça-se na análise dos dados de forma subjetiva, descartando outros dados que possam ser quantificáveis e fechados, abrindo-se para aspectos mais ligados a subjetividade, tais como motivações, significados, crenças entre outros (Prodanov; Freitas, 2013; Mattos, 2020; Minayo, 1994).

No que tange à pesquisa bibliográfica, autores como Gil (2002; 2008; Prodanov e Freitas (2013) e Menezes, Duarte, Carvalho e Souza (2019) evidenciam o potencial deste procedimento científico para os variados campos da ciência.

O estudo bibliográfico realiza-se através da utilização das fontes já elaboradas sobre determinado tema, podendo ser estes artigos científicos, resenhas, livros, monografias, jornais, dissertações, teses entre outros (Gil, 2002; 2008; Mattos, 2020; Prodanov; Freitas, 2013).

Para Gil (2002), o desenvolvimento de pesquisas bibliográficas possui vantagens e riscos, isto pelo fato de seu foco está exclusivamente em fontes bibliográficas.

Como potencialidade do uso do procedimento em tela, destaca-se o fato de viabilizar aos pesquisadores uma gama de dados e informações já produzidas pelo tema em que se deseja pesquisar. Assim, as informações a serem analisadas não estão dispersas, o que facilitará o trabalho do pesquisador na busca por informações para estruturação de sua investigação (Gil, 2002; 2008).

Quanto aos cuidados com os estudos bibliográficos, Gil (2002) alerta para o cuidado na consideração das fontes disponíveis para as análises, uma vez que o uso de referências que distorcem fatos, compromete a veracidade e fomentam a ampla divulgação de incoerências.

Como via de superação da adversidade acima exposta, Gil (2002, p. 51) orienta que “Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente”.

Partindo desse entendimento, no estudo em questão, o levantamento de referências bibliográficas deu-se via internet, inicialmente no site Google Acadêmico, que direcionou para páginas de Banco de Teses e Dissertações de Universidades Brasileiras e para revistas científicas sérias, credenciadas e bem avaliadas pela CAPES. Mediante a pesquisa bibliográfica, os principais autores considerados no estudo foram: Imbernón (2009), Lima (2012), Silveira (1995), Tardif (2002) entre outros.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção histórica da escola pública possibilitou a democratização do acesso à educação a todos (Lima, 2012). Contudo, mediante Guisso e Gesser (2019), desde as políticas de democratização e defesa dos direitos de todos os indivíduos, independentemente de sua condição, para fazer valer o direito constitucional da educação, é necessário observar o aspecto da inclusão.

Mesmo diante dessa importante conquista para a sociedade brasileira que se estabelece em um regime democrático, persistem desafios e limitações que precisam ser considerados. Ao refletir sobre a escola pública, Silveira (1995) destaca que esta é palco de disputas e contradições. Já para Lima (2012), a instituição educativa em questão enfrenta muitas situações difíceis, tais como o descaso do poder público e a sua desvalorização.

Tal contexto também repercute na valorização social do professor. Este profissional também enfrenta inúmeras dificuldades, como por exemplo formação inicial precária, desvalorização salarial, desprestígio social e culpabilização do fracasso escolar dos educandos (Penna, 2007).

Além do quadro acima elencado, Tardif (2002) destaca a profissão docente como uma das mais difíceis devido esta requer dos professores processos constantes de tomadas de decisões, adaptações, grande responsabilidade ética e de ordem, como também lidar com falta de recursos e políticas públicas que tornem o magistério valorizado (Tardif, 2002).

Contudo, quando se fala sobre as melhorias para tal espaço educativo, diversos autores, tais como Lima (2012), Nóvoa (1999), Tardif (2002) e Silveira (1995), concordam que a transformação da escola passa necessariamente pelo professor. Assim, o professor assume o papel de agente de transformação.

Essa tendência não é atual. Haja vista que, com a virada do século e as novas atenções e abordagens dadas à educação, a figura do professor foi colocada no centro dos estudos e discursos voltados a melhoria da educação e da escola para o século XXI (Nóvoa, 1999).

Nesse sentido, Lima (2012) destaca que a figura docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, diante da complexa realidade que estes enfrentam, para desempenhar tal função, faz-se necessário que os profissionais da educação engajem-se em seu fazer pedagógico de ensinar. Isso se faz a partir do esforço do professor em buscar dominar os saberes curriculares, articulando-os com a realidade dos estudantes.

Entretanto, é válido salientar o revés. Em uma sociedade globalizada e que impõe a escola uma perspectiva capitalista em que a educação é tida como instrumento de combate da degradação social e ao desemprego, bem como a modernização da economia, o fenômeno do fracasso escolar é concebido como um reflexo da ineficácia da figura docente, corroborando para que tal profissional caia na desvalorização e no desprestígio social (Penna, 2007).

O outro fator pertinente nesse debate e que reflete o mal-estar que assola a profissão docente é a questão salarial. Em uma sociedade capitalista como a que se vivencia no Brasil, o valor social atribuído a uma profissão identifica-se com a questão salarial. Assim, diante dos baixos salários dos profissionais docentes, pode-se identificar essa desvalorização e desprestígio social (Penna, 2007).

Além do exposto, tal função de transformação social dos professores também assume o viés político. Isso porque não existe prática docente que seja neutra, uma vez que a escola se constitui instrumento de manutenção das desigualdades das classes, assim também como colabora para reduzi-las (Silveira, 1995).

Nesse sentido, para o desempenho satisfatório de sua função de agente de transformação social, faz-se necessário o compromisso do docente em promover o saber articulado com o cotidiano dos indivíduos e que os capacite para agir na sociedade, rompendo com as estruturas de opressão e desigualdade (Silveira, 1995). Essa visão pode ser evidenciada no excerto a seguir

Com efeito, a função específica do educador é educar, isto é, garantir aos alunos a apropriação do saber que, eles não dominam quando chegam na escola. E na medida em que cumpre essa função que o professor se realiza como professor, que ele realiza, por assim dizer, a essência do seu ser enquanto professor. Ora, como vimos, essa apropriação do saber pelos alunos da classe trabalhadora constitui-se num importante instrumento de luta pela sua libertação. De posse desse saber que o professor, na escola, lhes ensina, os alunos poderão desenvolver uma compreensão mais rigorosa e crítica da realidade em que vivem e, conseqüentemente, agir de forma mais consciente e eficaz para transformá-la. Isso ocorre até certo ponto independentemente da vontade do professor (Silveira, 1995, p. 27).

Valendo do fragmento acima, que destaca a importância do ato de ensinar por parte do professor, também pode-se apontar outro papel que os profissionais da educação assumem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que é o de mediador do conhecimento.

A ação do professor no contexto de sala de aula não é litúrgica, de apenas seguir uma cartilha, mas requer uma ação reflexiva. O docente, em seu fazer pedagógico, atua na mediação entre o saber a ser ensinado e o sujeito a quem este conhecimento destina-se (Tardif, 2002).

No Ensino Fundamental, não se espera que sejam apenas ensinados os saberes produzidos e sistematizados historicamente pela humanidade. Isso porque, consoante à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Brasil, 1996), essa etapa da educação básica deve formar os estudantes para o exercício da cidadania e lhe assegurar meios para que este possa progredir no trabalho e nos estudos.

Já a Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC, (Brasil, 2018), salienta que a escolarização deve tornar o estudante, por meio do desenvolvimento de habilidades, competente para viver na sociedade atual, por meio da capacidade de conviver com as diferenças, do uso responsável das tecnologias digitais, pela aplicação dos saberes na resolução de problemas do cotidiano entre outros.

Nesse contexto, o ato de ensinar do professor coloca-se como aspecto relevante para atender as demandas lançadas sobre a educação. Assim sendo, para satisfazer tais expectativas, o profissional em questão precisa dominar os inúmeros saberes das áreas de conhecimento que compõem os currículos do Ensino Fundamental (Lima, 2012).

Não obstante, a própria BNCC destaca que o sucesso do desenvolvimento do conjunto de aprendizagens obrigatórias proposta no documento dependem do professor (Faleiro; Wanderley, 2023).

Para o docente, mais especificamente na 1ª etapa do Ensino Fundamental, dominar os saberes é uma atividade complexa, haja vista que este assume as aulas das mais variadas áreas e componentes curriculares que são norteados pela BNCC. Essa premissa pode ser verificada em Lima (2012, p. 151): “O professor dos anos iniciais que atua nas escolas públicas é denominado por polivalente, visto que leciona, geralmente, sete diferentes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física e Arte”.

Nessa ambiência, muitas são as críticas aos cursos de formação inicial de professores que não são suficientes para preparar os profissionais para atuarem na educação básica (Lima, 2012; Imbernón, 2009; Silveira, 1995; Tardif, 2002).

Com as novas demandas mercadológicas e capitalistas destinadas à educação, acentuou-se a precarização da formação inicial docente, sendo considerada como técnica e esvaziada (Penna, 2007), o que contribuiu para reforçar a ideologia que o mal professor é o culpado pelo fracasso do aluno e da educação.

Como via de melhoramento da formação inicial docente, faz-se necessário atentar que a formação inicial docente não se constitui como técnica e enciclopédica, ou seja, em apenas dominar os inúmeros saberes das variadas áreas dos conhecimentos apenas, mas, sim, o foco na formação de agentes de transformação social que sejam críticos e reflexivos, atuando para a educação de sujeitos que atuem no mundo para transformar a realidade em que estão inseridos (Imbernón, 2009).

Outrossim, como outra possibilidade de melhor formar professores para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental, é, então, necessário que os docentes estejam sempre em contínua formação, diante da demanda que lhe são impostas.

Pensar na melhoria da formação docente, mediante a formação continuada, já é uma atenção da BNCC, uma vez que propõe “[...] criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem” (Brasil, 2018, p. 17).

Só com a formação adequada inicial e contínua, os professores polivalentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental poderão desempenhar bem a função de mediadores do conhecimento e assegurar os direitos dos estudantes de poderem construir seu próprio saber.

Por último, destaca-se também como um dos papéis dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a questão da efetivação da inclusão. Esse aspecto é de grande valia, uma vez que a educação é direito de todos, ou seja, nenhum cidadão (Brasil, 1988), seja devido suas especificidades físicas, mentais entre outros, pode ficar de fora dos processos de escolarização, principalmente na esfera das instituições educacionais públicas federais, estaduais e/ou municipais.

É válido salientar que os debates sobre a inclusão das diversidades no âmbito escolar não são recentes, mas remontam ao final do século XX. Tais articulações foram essenciais para a mudança da concepção de salas de aula regulares, educação especial, bem como acerca da garantia dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais (Souza; Rodrigues, 2015).

Mediante Alonso *et al.* (2022), incluir no âmbito educacional não é apenas inserir os sujeitos com suas peculiaridades em sala de aula, mas também o fomento de leis e políticas públicas, bem como o preparo dos profissionais para que de fato todos sejam atendidos em suas necessidades educacionais. Isso pode ser vislumbrado no fragmento abaixo

[...] percebemos que as conquistas no âmbito da educação especial e inclusiva propuseram um repensar e reorganizar das políticas educacionais, da dinâmica da escola, das práticas docentes e do papel e formação dos professores. Falar de inclusão é tratar de direitos igualitários na perspectiva da construção de uma escola de todos e para todos. Diante disso, a efetivação dos direitos conquistados ao longo da história deve ser garantida aos alunos com deficiência, e isso tenciona recursos e ambientes pedagógicos acessíveis, assim como, a necessidade de uma formação docente que consiga incorporar as demandas advindas da inclusão escolar (Alonso *et al.*, 2022, p. 37).

Entretanto, um dos desafios da inclusão é a falta de conhecimento, preparo e compromisso por parte dos professores da Educação Básica. Para superação dessa barreira, faz-se necessário compromisso e formação contínua dos profissionais do setor educacional buscando melhor capacitação que contribuam para o processo de mudanças na escola e na sociedade, defendendo o direito de todos quanto à escolarização (Alonso *et al.*, 2022).

Nesse contexto, para os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, impõe-lhes um protagonismo indispensável na efetivação do acesso e dos direitos das pessoas com deficiência na escola. Isso porque, a depender da postura do professor, entre outros fatores, a inclusão será vivenciada ou não.

Em síntese, pode-se concluir que o papel do professor nos anos iniciais do Ensino Fundamental, isto é, de 1º a 5º ano, vai além de mero transmissor de conhecimentos e/ou regente de sala de aula.

Tal profissional assume múltiplos papéis, dos quais aqui destacou-se o de agente de transformação social e da educação, de mediador do conhecimento, além de peça importante para a efetivação da inclusão dentro de sala de aula e a defesa dos direitos das diversidades. Para o desempenho dessas funções inerentes à docência, faz-se necessário a busca de aperfeiçoamento e formação constante do professor, além de engajamento e empenho em seu fazer pedagógico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma república democrática como a do Brasil, é de grande significância a existência e a manutenção das escolas públicas. Estas são a expressão máxima da democratização do acesso a educação, direito este previsto na Constituição Federal de 1988, visto que possibilitam que todos os cidadãos tenham acesso a escolarização.

Dentro das salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas, encontram-se os professores pedagogos, ditos polivalentes. São eles os responsáveis por lecionar os inúmeros componentes curriculares previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que não é tarefa fácil.

Muito além de ser só o que leciona, o profissional docente assume múltiplas funções que estão relacionadas com sua formação profissional e seu fazer pedagógico, bem como outros de responsabilidades a ele outorgadas.

Dentre os múltiplos papéis que os docentes assumem na Educação Básica, mais especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na pesquisa em tela destacou-se o professor como agente de transformação da educação e da sociedade, e como mediador do conhecimento.

Por meio dos achados aqui evidenciados, pode-se entender que o docente assume o papel de agente indispensável na mudança da educação e da sociedade, pois, há uma tendência em se considerar que as melhorias da educação devem começar com ações voltadas para os professores e também que, para mudar a sociedade por meio de sujeito que atuem nela de forma consciente, cidadã, responsável e crítica, o profissional da educação deve ser engajado em realizar com excelência sua função de formador de cidadãos e pessoas críticas e engajadas no rompimento das estruturas de opressão e desigualdades sociais.

Outrossim, percebeu-se também o professor como o mediador do conhecimento. Assim, não se deve considerar que o docente é quem transmite o conhecimento que adquiriu em sua formação inicial, mas ele é aquele que trabalha de maneira responsável na articulação e mediação do saber a ser ensinado e do sujeito a quem esse saber direciona-se, atentando-se para uma perspectiva crítica e reflexiva.

Não obstante, verificou-se também que, para a efetivação de fato da inclusão e da defesa dos direitos das diversidades, isto é, dos sujeitos com suas especificidades e distintas necessidades educacionais especiais, a postura do professor em seu fazer em sala de aula é uma peça fundamental.

Entretanto, diante das críticas quanto à formação técnica e esvaziada dos professores, é urgente e pertinente repensar os cursos de licenciaturas e o incentivo de programas permanentes e contínuos destinadas aqueles que atuam na formação humana dentro das salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao longo do território brasileiro.

Por fim, é válido ressaltar que existem também outros papéis que, devido à vários fatores (relação afetiva entre professores e alunos, ausência dos pais na educação dos filhos, falta de imposição de limites no seio familiar etc.), existem outros papéis que, mediante Lima (2012), os professores assumem, tais como de psicólogos, pai/mãe, amigo, policial e conselheiro. Esses aspectos podem ser tomados como objetos de futuras pesquisas e, assim, ampliar o entendimento desses múltiplos papéis assumidos pelos professores polivalentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Monserrat Alonso; SANTOS, Tarsio Paula dos; REIS, Marlene Barbosa de Freitas; ABREU, Sandra Elaine Aires de. A educação inclusiva e a formação continuada docente. *Humanidades & Inovação*, Palmas-TO, v. 5, n. 2, p. 33-45, mar./jun. 2024. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7716>. Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2025.

FALEIRO, Renata; WANDERLEY, Luciana. BNCC e suas formas de conduzir a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Série-Estudos:** periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, v. 13, n. 2, p. 91-106, 2023. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1757>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUISSO, Luciane; GESSER, Marivete. Docência e processos de escolarização: desafios nos anos iniciais do ensino fundamental. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 39, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6GkjHy3szPcYqgD9nQXPtZk/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Vanda Moreira Machado. A complexidade da docência nos anos iniciais na escola pública. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 22, n. 23, p. 148-166, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/1767>. Acesso em: 14 jun. 2025.

LÜDKE, Megan; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação pública.** São Paulo: Nacional, 1959.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica.** Porto Alegre: Editora Fi, 2020, 131 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/FVqZ5WXm7tVyhCR6MRfGmFD/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. **Professor de séries iniciais do ensino fundamental em escolas públicas estaduais de São Paulo: posições sociais e condições de vida e trabalho.** 2007. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São

Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/10601>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Nova Hamburgo: Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval. A história da escola pública no Brasil. **Ciências da Educação**, Salvador, vol. 5, n.º. 08, p. 185-201, 2002.

SILVEIRA, Renê José Trentin. O professor e a transformação da realidade. **Série-Estudos**: periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, v. 2, n. 2, p. 25-40, 1995. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/676>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SOUZA, Ana Lúcia Alvarenga Santos; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Educação inclusiva e formação docente continuada. In: EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES, COMPLEXIDADE E TRABALHO DOCENTE, 13, Paraná: Educere, 2015. v. 1, p. 1-10. **Anais...** Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21491\\_10456.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21491_10456.pdf). Acesso em: 21 jun. 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e forma o profissional**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

| Submetido em: dezembro de 2025  
| Aprovado em: fevereiro de 2026  
| Publicado em: abril de 2026